

Alerta Legislação nº 32, de 3 a 8 ago. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 65.114, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Estende a medida de quarentena de que trata o [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#)

(...)

Artigo 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, fica estendida, até 23 de agosto de 2020, a vigência:

I - da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020;

II - da suspensão de atividades não essenciais no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 11 de agosto de 2020.

(...)

DECRETO Nº 65.110, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Anexo III do [Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020](#), que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#), e institui o Plano São Paulo

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 59.669, DE 5 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a implantação de projeto piloto de atendimento de bares e restaurantes em espaços públicos e institui protocolo específico para atendimentos nestes espaços.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Atos do Poder
Executivo -
D.O.U.

SUPERIOR

07/08/2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 995, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre medidas para reorganização societária e desinvestimentos da Caixa Econômica Federal e de suas subsidiárias.

<p>06/08/2020</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 994, DE 6 DE AGOSTO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 1.994.960.005,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 105, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, que "Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19)", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 5 de agosto de 2020. Congresso Nacional, em 6 de agosto de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 104, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 900.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 5 de agosto de 2020. Congresso Nacional, em 6 de agosto de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 103, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 947, de 8 de abril de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.600.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 5 de agosto de 2020. Congresso Nacional, em 6 de agosto de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 102, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o</p>

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 6 de agosto de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 101, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 946, de 7 de abril de 2020](#), que "Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela [Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975](#), transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 4 de agosto de 2020.

Congresso Nacional, em 5 de agosto de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 100, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 943, de 3 de abril de 2020](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 34.000.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de julho de 2020.

Congresso Nacional, em 4 de agosto de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 99, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 940, de 2 de abril de 2020](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444.373.172,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 30 de julho de 2020.

Congresso Nacional, em 4 de agosto de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 98, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 939, de 2 de abril de 2020](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 16.000.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 30 de julho de 2020.

Congresso Nacional, em 4 de agosto de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO

	<p><u>CONGRESSO NACIONAL Nº 97, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 937, de 2 de abril de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 98.200.000.000,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 30 de julho de 2020. Congresso Nacional, em 4 de agosto de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 96, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 933, de 31 de março de 2020, que "Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 28 de julho de 2020. Congresso Nacional, em 4 de agosto de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 135, DE 2020</u> (*) Aprova o texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, celebrado em Pequim, em 29 de junho de 2015, juntamente com a documentação complementar ao texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. (*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 21/7/2020.</p>
<p>Atos do Poder Legislativo</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 5 DE AGOSTO DE 2020</u> Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutiva de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.</p> <p><u>LEI Nº 14.034, DE 5 DE AGOSTO DE 2020</u> Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999. Mensagem de veto</p> <p><u>LEI Nº 14.033, DE 4 DE AGOSTO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00 (seiscentos e trinta e nove milhões, trinta e quatro mil quinhentos e doze reais), para os fins que especifica.</p>

	<p><u>LEI Nº 14.032, DE 4 DE AGOSTO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00 (dois bilhões, cento e treze milhões, setecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS <u>RESOLUÇÃO CPPI Nº 126, DE 10 DE JUNHO DE 2020</u> Opina pela criação e qualificação da Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - "Pró-Minerais Estratégicos", no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 3 DE AGOSTO DE 2020</u> Estabelece os critérios e procedimentos para a fabricação, fracionamento, importação e comercialização dos produtos dispensados de registro para uso na alimentação animal.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 75, DE 31 DE JULHO DE 2020</u> Altera a Instrução Normativa n.º 71, de 24 de julho de 2020 que trata da identidade e os requisitos de qualidade que deve apresentar o produto denominado <i>cream cheese</i>.</p> <p><u>PORTARIA Nº 236, DE 30 DE JULHO DE 2020</u> Estabelece o modelo de Gestão do Plano de Ação Para o Nordeste - AgroNordeste.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA <u>PORTARIA Nº 1.360, DE 29 DE JULHO DE 2020</u> Estabelece o fluxo de procedimento na consulta sobre a existência de conflito de interesses e no pedido de autorização para o exercício de atividade privada por servidor e empregado público no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.</p> <p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA → Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 44, DE 31 DE JULHO DE 2020</u> (...) 2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto ACETAMIPRID NORTOX SP registro nº 3418, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de milho e soja conforme processo nº 21000.052008/2018-69. (...)</p>
<p>Ministério da Cidadania</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 6 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera a Portaria Conjunta nº 3, de 5 de maio de 2020, que dispõe sobre a antecipação do benefício de prestação continuada, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 453, DE 31 DE JULHO DE 2020</u> (...) Art. 1º Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. (...)</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 294, DE 4 DE AGOSTO DE 2020</u> Institui o Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito do Ministério da Economia.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.840, DE 30 DE JULHO DE 2020</u> Altera o prazo de vencimento das parcelas de operações de crédito rural de mutuários cujas atividades foram prejudicadas pelas medidas de distanciamento social ligadas à pandemia de Covid19 (...)</p> <p>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL <u>PORTARIA Nº 18.731, DE 6 DE AGOSTO DE 2020</u> Estabelece as condições para transação excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO <u>PORTARIA Nº 18.560, DE 4 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera a Portaria SEPRT nº 10.486, de 22 de abril de 2020, para dispor sobre os procedimentos operacionais relativos ao cumprimento de exigências e à interposição de recursos administrativos em face de decisões relativas ao Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - BEm, de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 (Processo nº 19965.107128/2020-85).</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>PORTARIA Nº 18.417, DE 3 DE AGOSTO DE 2020</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação; da Infraestrutura; da Defesa; e do Desenvolvimento Regional, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 286.937.910,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p>→ Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 46, DE 3 DE AGOSTO DE 2020</u> (*) Altera o Ato COTEPE ICMS 65/18, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos referentes às informações prestadas por instituições financeiras e de pagamento, integrantes ou não do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, relativas às transações com cartões de débito, crédito, de loja (<i>private label</i>) e demais instrumentos de pagamento eletrônico, realizadas por pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou pessoas físicas inscritas no Cadastro de Pessoa Física - CPF, ainda que não inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS, nos termos do Convênio ICMS 134/16.</p>

	<p>(*) Republicado por ter saído no DOU de 4-8-2020, Seção 1, pág. 26, com incorreção do original.</p> <p><u>CONVÊNIO ICMS Nº 59, DE 30 DE JULHO DE 2020</u> (*)</p> <p>Altera o convênio ICMS 38/12, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista.</p> <p>(*) Republicado por ter saído, no DOU, de 3-8-2020, Seção 1, pág. 33, com incorreção do original.</p>
Ministério da Educação	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p> <p><u>PORTARIA Nº 617, DE 3 DE AGOSTO DE 2020</u></p> <p>Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus - Covid-19.</p>
Ministério da Infraestrutura	<p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</p> <p><u>PORTARIA CONTRAN Nº 192, DE 3 DE AGOSTO DE 2020</u> (*)</p> <p>Altera o ANEXO da Resolução CONTRAN nº 788, de 18 de junho de 2020, que referenda a Deliberação CONTRAN nº 180, de 30 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os requisitos para emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em meio eletrônico (CRLV - e)</p> <p>(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU nº 148, de 4-8-2020, Seção 1, páginas 37 e 38, com incorreção.</p>
Ministério do Meio Ambiente	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p> <p><u>PORTARIA Nº 353, DE 6 DE AGOSTO DE 2020</u></p> <p>Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente.</p> <p><u>PORTARIA Nº 341, DE 30 DE JULHO DE 2020</u></p> <p>Aprova o Regimento Interno da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa - CONAVEG, instituída pelo Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019.</p>
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	<p>SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 221, DE 3 DE AGOSTO DE 2020</u></p> <p>Institui o Grupo Temático para revisão do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR

<p>08/08/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 65.115, DE 7 DE AGOSTO DE 2020</u> Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas (...) Artigo 1º - Fica criada na Diretoria de Ensino - Região Mogi Mirim, da Secretaria da Educação, no Município de Itapira, a Escola Estadual Bairro Dos Prados/José Tonolli. (...)</p> <p><u>DECRETO Nº 65.114, DE 7 DE AGOSTO DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 (...) Artigo 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, fica estendida, até 23 de agosto de 2020, a vigência: I - da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020; II - da suspensão de atividades não essenciais no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020. Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 11 de agosto de 2020. (...)</p>
<p>06/08/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 65.110, DE 5 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera o Anexo III do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e institui o Plano São Paulo</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP/APTE - 598, DE 16-7-2020</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SFP/APTE - 597, DE 16-7-2020</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) → Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento → → Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida</p> <p><u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-08-2020 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS</p> <p><u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-08-2020 para os débitos de ICMS</p> <p><u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-08-2020 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas</p> <p><u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis</p>

	<p>até 31-08-2020 para os débitos de Taxas</p> <p><u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-08-2020 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD</p> <p><u>COMUNICADO</u> Divulga a Tabela Prática para cálculo dos juros de mora aplicáveis até 31-08-2020 para os débitos de ITCMD e de IPVA.</p>
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 47, DE 6-8-2020</u> Estabelece diretrizes e condições para o licenciamento de unidades de preparo de Combustível Derivado de Resíduos Sólidos - CDR e da atividade de recuperação de energia proveniente do uso de CDR</p> <p>COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) <u>DECISÃO 72/2020/I, DE 31-07-2020</u> Dispõe sobre os requisitos para o licenciamento ambiental de sistemas de tratamento térmico sem combustão de resíduos de serviços de saúde contaminados biologicamente durante o estado de calamidade pública e dá outras providências</p>
Projetos, Orçamento e Gestão	<p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) → Diretoria de Benefícios - Servidores Públicos Civis → → Gerência de Aposentadoria de Civis <u>COMUNICADO SPPREV/DBS - 1</u> A Diretoria de Benefícios Servidores Públicos da São Paulo Previdência - SPPREV-DBS, com o objetivo de orientar os órgãos Setoriais, Subsetoriais e Serviços de Pessoas do Sistema de Administração de Pessoal da Administração Direta e Autarquias do Estado do Poder Executivo, em razão da publicação da Emenda Constitucional (EC) n. 103/2019, no D.O.U. de 13-11-2019, visando à aplicação das regras de acumulação de benefícios prevista em seu artigo 24, bem como da norma introduzida ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) pela Lei Complementar Estadual 1354/2020 conforme especificidades do artigo 24 e 25, cujas regras atingem protocolos de aposentadoria cuja solicitação/requerimento seja igual ou posterior a 13-11-2019, os quais vem exigir informação de acumulação não só de cargos mas de benefícios para atender tal obrigatoriedade vem expedir o presente Comunicado, que terá aplicabilidade complementar ao Comunicado Conjunto CRHE/SPPREV n. 1, de 10-07-2020: (...)</p>
Saúde (SS)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 117, DE 7-8-2020</u> Altera o Anexo I, da Resolução SS-73, de 31-05-2020, que dispõe sobre a "classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases", frente a Pandemia COVID 19 e dá providências correlatas</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO SS-115, DE 4-8-2020</u> Altera o Anexo I, da Resolução SS-73, de 31-05-2020, que dispõe sobre a "classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases", frente a Pandemia Covid-19 e dá providências correlatas</p>
<p>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-84, DE 5-8-2020</u> Altera a Resolução GR 78/2020, que dispõe sobre o Vestibular Unicamp 2021 para vagas no ensino de Graduação</p> <p>CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-27, DE 4-8-2020</u> Fixa Normas para a Consulta à Comunidade com caráter indicativo ao Conselho Universitário, para composição da lista tríplice para escolha do(a) Reitor(a)</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-26, DE 4-8-2020</u> Altera excepcionalmente a duração do mandato do Reitor da Unicamp que se inicia em 2021</p> <p><u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-25, DE 4-8-2020</u> Altera os Estatutos e o Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO USP-8002, DE 3-8-2020</u> Define procedimentos para a realização de provas de processos seletivos durante o período de prevenção de contágio pela Covid-19 (Novo Coronavírus Sars-CoV-2) para a contratação de docentes por prazo determinado, e suspende temporariamente a aplicação de dispositivos da Resolução 7.354/2017</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>08/08/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 514, DE 2020 Institui o Programa Geral de Saúde Mental das Polícias do Estado de São Paulo, a indenização em decorrência de suicídio de policial e dá outras providências. DOE, Legislativo, 08/08/2020, p. 7</p> <p>PROJETO DE LEI Nº 513, DE 2020 Dispõe sobre indenização administrativa às famílias de vítimas de violência policial letal, que morreram sem resistência e/ou por ocorrências culposas ou abusivas DOE, Legislativo, 08/08/2020, p. 6</p> <p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2020 Susta os efeitos da Resolução da lavra do Secretário de Educação do Estado de São Paulo, de 3 de agosto de 2020, cuja ementa vai assim</p>

	<p>redigida "Homologando, com fundamento no artigo 2º da Lei Federal 10.403, de 6-7-1971, a Deliberação CEE 186/2020, que "Fixa normas relativas ao Currículo Paulista do Ensino Médio para a rede estadual, rede privada e redes municipais que possuem instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências".</p> <p>DOE, Legislativo, 08/08/2020, p. 7</p>
<p>07/08/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 511, DE 2020</u> Altera o artigo 16 da lei 10.705/2000 que "dispõe sobre a instituição do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD". DOE, Legislativo, 07/08/2020, p. 6</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 510, DE 2020</u> Dispõe sobre proibição de entrada de criança menor de 12 anos desacompanhada em elevadores de prédios públicos ou residenciais, no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 07/08/2020, p. 6</p>
<p>06/08/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 487, DE 2020</u> (RETIFICAÇÃO) Leia-se como segue e não como constou: Institui procedimentos a serem observados nas escolas de educação básica e universidades, públicas e privadas, no Estado para que haja o retorno das aulas presenciais, finda a quarentena havida em virtude da infecção causada pelo novo coronavírus. DOE, Legislativo, 06/08/2020, p. 9</p>
<p>05/08/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 499, DE 2020</u> (RETIFICAÇÃO) Leia-se como segue e não como constou: Dispõe sobre a ampla divulgação dos canais de denúncia de violência contra mulher no Estado de São Paulo, por meio das ações e comunicações oficiais do Governo do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 05/08/2020, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 506, DE 2020</u> Dispõe sobre a criação do programa "Foco na Aula" e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 05/08/2020, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 504, DE 2020</u> Dispõe sobre a proibição da publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 05/08/2020, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 503, DE 2020</u> Prevê a obrigatoriedade de utilização de máscaras de proteção descartáveis em todos os estabelecimentos e atividades no Estado de São Paulo que trabalhem com preparo, manuseio e produção de</p>

	<p>alimentos. DOE, Legislativo, 05/08/2020, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 502, DE 2020</u> Cria o bilhete único metropolitano de transporte público coletivo de passageiros portadores de deficiência na Região Metropolitana da Baixada Santista e dá outras providências. DOE, Legislativo, 05/08/2020, p. 11</p>
<p>04/08/2020</p>	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 461, DE 2019</u> Mensagem A-nº 020/2020 do Senhor Governador do Estado São Paulo, 31 de julho de 2020 Senhor Presidente (...) De iniciativa parlamentar, a propositura busca alterar o artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL. (...) DOE, Legislativo, 04/08/2020, p. 9</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 501, DE 2020</u> “Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos recursos recebidos pelo Estado de São Paulo em decorrência da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, e dá outras providências” DOE, Legislativo, 04/08/2020, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 500, DE 2020</u> Dispõe sobre a implementação de medidas voltadas ao atendimento médico, exames e vacinação de mulheres lésbicas, bissexuais e pessoas trans com útero. DOE, Legislativo, 04/08/2020, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 499, DE 2020</u> Dispõe sobre a ampla divulgação dos canais de denúncia de violência doméstica no Estado de São Paulo, por meio das ações e comunicações oficiais do Governo do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 04/08/2020, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 498, DE 2020</u> Dispõe sobre a possibilidade dos órgãos de segurança pública doarem a seus integrantes, as armas de fogo por eles utilizadas quando em serviço ativo, por ocasião de sua aposentadoria ou transferência para a inatividade. DOE, Legislativo, 04/08/2020, p. 9</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>

<p>08/08/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 59.671, DE 7 DE AGOSTO DE 2020</u> Consolida os critérios para a padronização das calçadas, bem como regulamenta o disposto nos incisos VII e VIII do "caput" do artigo 240 do Plano Diretor Estratégico, o Capítulo III da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, e a Lei nº 13.293, de 14 de janeiro de 2002.</p> <p><u>DECRETO Nº 59.670, DE 7 DE AGOSTO DE 2020</u> Regulamenta a Lei nº 16.673, de 13 de junho de 2017, que institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo</p>
<p>06/08/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 59.669, DE 5 DE AGOSTO DE 2020</u> Dispõe sobre a implantação de projeto piloto de atendimento de bares e restaurantes em espaços públicos e institui protocolo específico para atendimentos nestes espaços.</p>
<p>05/08/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 59.658, DE 4 DE AGOSTO DE 2020</u> Regulamenta o procedimento administrativo a ser adotado com vista à alienação de bens imóveis no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD, nos termos da Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017, e do artigo 112, § 1º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de São Paulo.</p>
<p>04/08/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 59.650, DE 3 DE AGOSTO DE 2020</u> Delega à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes competência para, diretamente ou por meio da São Paulo Transporte S/A – SPTrans, promover procedimentos licitatórios e realizar as contratações necessárias para a execução de obras complementares, serviços e projetos executivos voltados à implantação da conclusão do Corredor de Ônibus Leste – Itaquera.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107